

## **A TEMÁTICA INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ALIANÇA - PE**

Renilson José de Lima

renilson.lima@upe.br

(81) 9 9278-2588

Graduado em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco - UPE

Adlene Silva Arantes

adlene.arantes@upe.br.

(81) 9 8929-3643

Professora Associada da Universidade de Pernambuco – UPE

### **Resumo:**

O presente estudo objetivou investigar de que forma a temática indígena tem sido evidenciada no livro didático de história do 4º ano do ensino fundamental adotado em uma escola municipal de Aliança – PE. Para tanto, nos respaldamos nas contribuições de (BITTENCOURT, 2004); (SUCHANEK, 2012) dentre outros. Desse modo, foi realizado um mapeamento das representações e conteúdos referentes à temática indígena no livro didático de história do 4º ano. Percebemos abordagens de um indígena presente nos inúmeros contextos sociais, não se limitando a um indígena preso às premissas da colonização. Concluimos que ainda temos muito para caminhar acerca da compreensão e valorização desses povos.

**Palavras-chave:** Temática indígena, Livro didático de História, Lei N° 11.645.

### **Abstract:**

The present study studied how a thematic theme has been evidenced in the educational history textbook of the objective 4th year of elementary school adopting a municipal school in Aliança - PE. To this end, we rely on the contributions of (BITTENCOURT, 2004); (SUCHANEK, 2012) among others. In this way, a mapping of the representations and contents of the indigenous theme was carried out in the 4th grade history textbook. The approaches of a present individual perceive us in social contexts, not being limited to an individual stuck to the premises of colonization. We conclude that we still have a lot to get closer to understanding and valuing these people.

**Keywords:** Indigenous theme, History textbook, Law N°. 11,645.

## 1. INTRODUÇÃO

Refletir sobre a história e cultura indígena, é antes de tudo, adentrar o percurso histórico traçado durante um período de mais de cinco séculos. É pesquisar, analisar e compreender um período marcado por inúmeros ataques às comunidades indígenas, que mesmo com todo afronte direto ou indireto, se encontram presentes em todos os contextos que constituem uma sociedade.

Quando buscamos perceber a temática indígena no contexto escolar, ou até mesmo, a garantia para que tal temática seja de fato discutida nos intramuros das instituições de ensino, foi possível notar que a obrigatoriedade da presença da temática nos ambientes escolares é garantida pela Lei Nº 11.645 de março de 2008, que altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para que haja a inclusão no currículo oficial da rede de ensino da educação básica, a inserção da “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena” tornando obrigatório no conteúdo programático das escolas. Desta forma, a partir de 2008, devido a reformulação da Lei Nº 9.394/1996, a história e cultura indígena passa a integrar os currículos das redes de ensino brasileiro, deixando de ser voltado apenas para a história e cultura afro-brasileira, o que era previsto desde 1996.

Neste sentido, em concordância com (RODRIGUES E BARBALHOS, 2016, P. 7)

A inserção nos conteúdos programáticos das escolas, sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, é de crucial importância para o ensinamento das diversidades, sendo um momento em que se busca valorizar a história e cultura do próprio povo brasileiro, além de ser, sobretudo, “[...] uma oportunidade histórica de reparar danos, que se repetem há cinco séculos.

Goulart e Melo (2013, p. 39) ainda corroboram alegando que:

a instauração dessa lei objetiva uma mudança no que tange à compreensão da construção do Brasil, uma vez que visa mostrar que os grupos étnicos – indígena e negro – assim como os europeus exerceram influência na história brasileira, sobretudo nas áreas social, política e econômica, o que corrobora a necessidade de serem estudadas na educação básica.

Desta forma, ressaltamos a relevância de se trabalhar em sala de aula essa temática, que para além de uma valorização de histórias e culturas, abrange uma discussão acerca de uma identidade histórica e cultural que por séculos foi ocultada ou negligenciada. Com isso, se observa nas práticas voltadas a essas histórias e culturas, uma oportunidade de reverter danos causados durante um período de mais de cinco séculos.

Além disso, destacamos um olhar quanto às contribuições do livro didático para o processo

formativo dos discentes e suas contribuições referente a disseminação de conceitos estereotipados, que ainda se direciona a um grupo dominante, inviabilizando uma percepção mais ampla quanto ao conceito e diversidade de alguns grupos, como: família e etnia, o que fica restrito a um significado imposto por uma classe que é minoritária na sociedade, todavia, mais favorecida. Nessa perspectiva, Bittencourt (2004, p. 72) corrobora alegando que

[...] o livro didático é um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas como família, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa.

Desta forma, o estudo visou investigar de que forma a temática indígena tem sido evidenciada no livro didático de história do 4º ano do ensino fundamental adotado em uma escola municipal de Aliança – PE. Em consonância com o apresentado, elaboramos o seguinte problema de pesquisa: De que forma a temática indígena tem sido evidenciada no livro didático de história do 4º ano do ensino fundamental adotado em uma escola municipal de Aliança – PE?

Esse problema, está atrelado a problemática desta pesquisa, a qual dar-se a partir da representação da história e cultura indígena no livro didático de história do 4º ano do ensino fundamental de uma escola municipal de Aliança – PE e o livro didático de história do 4º ano do ensino fundamental como suporte contribuinte às práticas docentes e valorização da história e cultura indígena.

Com base nas problemáticas dispostas acima, foram elaboradas algumas questões que nortearão esta pesquisa, isto é: Há representação da história e cultura indígena no livro de história do 4º ano do ensino fundamental de uma escola municipal de Aliança - PE? Até que ponto o livro didático de história do 4º ano do ensino fundamental contribui com as práticas docentes e valorização da história e cultura indígena?

A escolha pela temática abordada nesta pesquisa, se deu a partir de duas circunstâncias. A primeira, se concretiza a partir das reflexões que fizemos durante nosso processo formativo na educação básica, quando pouco recordamos acerca do trabalho dessa temática neste processo de formação, o qual ficava restrito ao dia 19 de abril. Nessa data, era comum pintarmos o rosto e colocarmos em nossas cabeças um tipo de cocar feito de emborrachado. As ações não levavam a temática a reflexão, mas a um momento de fantasia a respeito desses povos.

Além disso, outra circunstância que nos fez refletir acerca da temática escolhida, foi um

desfile de uma escola de samba do estado do Rio de Janeiro. O desfile aconteceu no Sambódromo da Marquês de Sapucaí no ano de 2019, pela escola de samba Estação Primeira de Mangueira. A escola apresentou uma reflexão acerca da história oculta dos indígenas e negros, enfatizando a carência da presença dessas etnias nos livros didáticos de história, estacando personagens como: os Cariri, Cunhambebe, o Dragão do Mar de Aracati, dentre outros.

No que tange a metodologia, a presente pesquisa tem caráter qualitativo, por priorizar a subjetividade do objeto de estudo, observando características não ponderadas pelo método quantitativo de pesquisa. A mesma foi realizada em uma escola municipal de Aliança – PE, que pertence à zona urbana da região da Mata Norte Pernambucana. Se justifica a instituição supracitada como *locus* dessa pesquisa, devido à adoção por parte da instituição, do instrumento analisado neste estudo.

Por se tratar de uma análise documental, compreendemos a relevância dos documentos como material contribuinte à fundamentação desta pesquisa, devido ao seu teor de enriquecimento enquanto fonte de dados, pois

[...]Os documentos, escritos ou não, também são importantes fontes de dados quando seu teor e conteúdo servem para identificação, verificação e apreciação de uma análise científica. Sua utilização é indicada para responder a um problema de pesquisa, aprofundar o conhecimento sobre um problema, orientar a formulação de hipóteses ou corroborar a evidência oriunda de outra fonte. (YIN, 2005; GIL, 2010 apud COSTA et al, 2017 p. 12)

Quanto à análise de conteúdos, a raiz analítica dessa abordagem objetiva “explicar e sistematizar o conteúdo da mensagem e o significado desse conteúdo, por meio de deduções lógicas e justificadas”. Nesta perspectiva, Oliveira et al (1984, p. 34) afirmam que ela tem

como referência sua origem (quem emitiu) e o contexto da mensagem ou os efeitos dessa mensagem. Nesse processo, faz-se necessário consolidar a totalidade de um ‘texto’, passando-o pelo crivo da classificação ou do recenseamento, procurando identificar as frequências ou ausências de itens, ou seja, categorizar para introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem apresentada.

Com isso, o presente estudo buscou coletar os dados, selecioná-los, explorá-los, e interpretá-los. Procedimentos que se fizeram possíveis a partir da perspectiva da análise de conteúdo, Bardin (2011), o qual consistiu em 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Com isso, foi possível explicar e sistematizar o conteúdo da mensagem e o seu significado, por meio inferências lógicas e justificadas Bardin (2011)

Posto isto, o presente estudo está organizado em sua fundamentação teórica nas seções: Um Olhar à História e Cultura Indígena, em que trataremos do percurso histórico desses povos, e na Representação da História e Cultura Indígena no Livro Didático de História, que busca compreender a contribuição para a efetivação dos estudos desta temática, bem como, as formas que o instrumento menciona esses povos. Posteriormente, teremos a análise e discussão das propostas de intervenção acerca da história e cultura indígena no livro didático de história do 4º ano do ensino fundamental, concluindo o estudo com as considerações finais.

## **2. UM OLHAR À HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA**

Pensar a história e cultura indígena na atualidade, é caminhar ao longo de cinco séculos de luta e resistência. É compreendê-los como agentes da sociedade contemporânea e não como seres que se limitam a uma existência do passado, se resumindo a um ser isolado ou até mesmo, longe das vivências sociais urbanas. O indígena, atualmente, perpassa a vivência em suas comunidades, ultrapassam a barreira de um ser isolado, nos dias de hoje, se encontram cada vez mais presentes nos meios sociais. Nesse contexto, vale destacar que

A nossa sociedade como resultado da organização e mobilizações dos movimentos sociais, se descobriu plural, repensando seu desenho: o Brasil não tem uma identidade nacional única! Somos um país de muitos rostos, expressões socioculturais, étnicas, religiosas, etc. As minorias (maiorias) sejam mulheres, ciganos, pessoas negras, idosas, crianças, portadoras de necessidades especiais, etc. reivindicam o reconhecimento e o respeito aos seus direitos! (SILVA, E.; PENHA, M. S., p. 10, 2020).

Entretanto, a visão a respeito do indígena, ainda persiste em uma visão que traz consigo preconceito desde os primeiros contatos com os colonizadores. A ideia “selvagem”, “agressiva”, “sem alma”, ainda se faz presente na convicção a respeito desses povos. Segundo Grupioni, (1998, p. 13):

Dos descobridores aos nossos contemporâneos, as sociedades indígenas foram, quase sempre, projetadas ao lado da natureza por uma cultura incapaz de acolher a alteridade. Figuras como a de bárbaros, bons selvagens, primitivos e arcaicos foram elaborados nesse processo de contato, pacificação e convívio experimentado pelas populações nativas no Novo Mundo após a chegada e instalação dos europeus.

Desta forma, percebe-se que a ideia do indígena ainda está atrelada a uma visão europeia, que impõem uma visão selvagem aos povos originários. Imposição essa, que muitas vezes se

dissemina por atitudes involuntárias, mas que acarretam em uma ampliação de um olhar equivocado a respeito desse grupo étnico.

Um dos primeiros marcos sobre a percepção do indígena, está presente na Carta de Pero Vaz de Caminha, documento considerado o primeiro documento histórico e literário escrito no Brasil. A partir da Carta, podemos perceber diversos relatos sobre a imagem que se tinha do Brasil e do indígena, pela qual é possível compreender:

Elementos como pessoas, animais, plantas, relevo, vegetação, clima, solo, e produtos da terra são cuidadosamente descritos. O escriba, porém, não se limitou ao detalhamento. Fez ainda sugestões para o aproveitamento da região. Dois elementos são destacados: o desenvolvimento da agricultura e a cristianização dos índios. (D'AMBROSIO, 2014, p. 01).

Nesse sentido, nota-se, que os indígenas na visão de Pero Vaz de Caminha, eram seres que não possuíam uma crença, que não tinham uma ideologia, e que por essa visão, o mesmo enfatiza a ideia de catequizar esses povos. Com a chegada dos portugueses às terras que hoje se encontram no Brasil, fez com que Portugal chamasse muita atenção devido ao “descobrimento” dessas terras. Logo, a igreja Católica que já passava por uma crise na Europa, percebeu então uma oportunidade para aumentar seu número de fiéis, dando apoio a ideia de catequizar os indígenas. Todavia, era necessário todo um processo para fazer com que essa catequização fosse possível, dentre eles, o ensino da língua portuguesa para os indígenas, visando uma leitura mais prática dos livros bíblicos e de uma prática religiosa mais ordenada, que até então, passaria a ser comandada pela igreja católica.

Por séculos a figura indígena vem sendo retratada como um ser primitivo e que não convive em áreas urbanas, mas, que está atrelado ao ser da natureza, selvagem, e que por muitas vezes se volta a uma ideia de ser “lendário”, o qual se considera distante da realidade da sociedade. Segundo Tomazello e Canavarros (2009, p. 182):

É índio aquele que se sente pertencer a uma comunidade indígena, e é comunidade indígena aquela em que predominam elementos somáticos não europeus, que fala de preferência uma língua indígena, que possui em sua cultura material e espiritual elementos indígenas em forte proporção e que, por último, tem um sentido social de comunidade isolada dentro de outras comunidades que a rodeiam que a faz distinguir a si mesma também dos povos brancos e mestiços. Esta definição é uma combinação de quatro critérios: a raça, a cultura, a língua e a consciência de grupo.

Tomazello e Canavarros (2009) enfatizam ainda, a ideia de comunidade indígena, a qual se consolida como uma comunidade que pode ser isolada dentro de uma outra, ou seja, o espaço

ocupado pelos indígenas na atualidade, não se limitam a áreas verdes e de mata, os indígenas estão cada vez mais adeptos a vida na sociedade urbana, e ainda assim, persistindo na preservação de suas crenças, línguas e culturas.

Ser indígena em uma sociedade que pouco dialoga a respeito dessa etnia, e que por vezes se ocupa de práticas pejorativas, é um desafio para esses povos que convivem nas comunidades indígenas, sejam elas incluídas no meio urbano ou não. Em um relato sobre a sua ida pela primeira vez a uma escola, Daniel Munduruku (2019, p. 45) comenta sobre como se deu seu contato com os “brancos”, ele relata que:

Cheguei à escola bem motivado. Meus pés apertados me faziam andar meio torto. Adentrei no prédio disposto a aprender as coisas dos brancos. Logo de cara me deparei com um grupo de colegas. Todos eram um pouco parecidos comigo e senti que poderiam ser meus amigos. Fiquei feliz. No entanto, quando fui me aproximando do local, um deles apontou o dedo para mim e gritou: — Olha o índio que chegou na nossa escola!!! Olha o índio!

Por se tratar de um termo pejorativo, o qual foi posto pelos colonizadores por acreditarem ter chegado às índias. Os indígenas, por sua vez, não partilham dessa colocação em suas comunidades. Um ponto pertinente do relato de Munduruku (2019, p. 45) é quando ele relata os gritos dos demais alunos da instituição em direção a ele, o que confirma a ideia de uma compreensão de um ser primitivo, diferente, a respeito dos indígenas, e que tão pouco são pertencentes aquele contexto. Munduruku (2019, p. 45) continua seu relato:

[...] Vou dizer uma coisa e posso até jurar: eu fiquei olhando para todas as partes procurando o tal índio! Achei que era um passarinho que eu não conhecia! Quando eles viram que eu não sabia do que falavam, começaram a rir de mim. Eles acharam que eu era burro ou coisa parecida. Só depois é que me dei conta de que eles falavam de mim.

Nesta perspectiva, nota-se que a vivência no âmbito do contexto do homem “branco” pouco se discute sobre a imersão do indígena na sociedade contemporânea, e que ainda continua com uma imagem equivocada de um indígena, como sendo o indígena do período colonial, que ainda o relaciona com o ser distante e isolado. Pensar o indígena e deixá-lo preso a uma determinada localidade e ao passado, é congelá-lo como peça de museu. Todavia, a cultura indígena, é uma cultura viva, com isso, precisa-se ser atualizada para que possa continuar viva.

## **2.1 A REPRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA**

O livro didático é uma ferramenta de grande relevância quando recorremos aos recursos pedagógicos para dar suporte às práticas docentes, sendo na maioria das vivências em sala de aula, o principal ou único material disponível para dar apoio ao professor no desenvolver de suas vivências. Todavia, este instrumento didático precisa ser compreendido como um veículo de sistema de valores, cujo propaga ideologias de uma determinada época e de uma determinada sociedade, enfatizando um ensino tradicional e concepções pejorativas, além de conceitos preconceituosos ou o ato excludente de alguns grupos sociais (BITTENCOURT, 2008).

O processo histórico do livro didático é marcado pelo seu objetivo, quando, durante o século XIX, esse instrumento surge como um adicional à Bíblia, que até então, era o único material aceito pelas comunidades e usado nas instituições de ensino (OLIVEIRA *et al*, 1984). Por volta de 1847, os olhares acerca do livro didático começam a mudar, o instrumento passa a ter um papel de grande relevância para o processo de aprendizagem e para a política educacional. Todavia esses materiais ainda dispunham de ensinamentos que visassem o complemento aos Livros Sagrados, e eram em sua grande maioria, escritos para alunos das instituições de elite (ibid. 1984).

Em meados dos anos sessenta, se começava uma ampliação da aceitação do livro didático como suporte pedagógico para as práticas em sala de aula. Desta forma, começa-se a ter uma preocupação maior com a elaboração dos materiais, e com propostas que fossem inovadoras para o desenvolver do trabalho com o livro. Segundo Fonseca (1993, p. 139):

O livro didático torna-se uma das mercadorias mais vendidas no campo da indústria editorial. Daí a preocupação do Estado e das editoras em publicar os livros que estivessem em perfeita sintonia com os programas curriculares de História, Geografia e demais disciplinas. Uma outra novidade, visando à aceitação maior do livro didático, foi o lançamento dos manuais do I Congresso Nacional de Educação da Faculdade de Educação e Artes da UNIVAP - CONEFEA. 3 professores, pela Editora Ática, em meados dos anos 60. Estes manuais, além de trazerem a resolução de todos os exercícios propostos, forneciam (e alguns ainda o fazem) os planejamentos anuais e bimestrais prontos para o professor

Já no ano de 2017, a partir do decreto Nº 9.099, de 18 de julho de 2017, o qual dispõe sobre o programa nacional do livro e do material didático. O livro didático passaria a ser dialogado com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), objetivando apoiar a implementação da mesma.

O livro didático “(...) realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular.” (BITTENCOURT, 2004. p.72) ou seja, se deseja alcançar com o auxílio do livro didático uma prática mais simplista, que viabilize de uma forma mais fácil a

aprendizagem que é adquirida pelo aluno e o ensinamento que é conduzido pelo professor.

Quando partimos para a reflexão da história e cultura indígena dentro do livro didático e da Base Nacional Comum Curricular, percebe-se que pouco se discute sobre esses povos. De acordo com a BNCC (2018, p. 19):

cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar os currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004) [...] Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada. (BNCC, 2018, p.19)

Desta forma, percebe-se a amplitude da diversidade dentro da Base Nacional Comum Curricular, onde temáticas como a história e cultura indígena não possuem um olhar específico para o seu traçado, mas que se encontram imersas nas inúmeras habilidades propostas dentro do currículo. Por ser um documento de caráter nacional e que irá nortear a elaboração de outros currículos, devemos compreendê-la como uma ferramenta que produz e reproduz visão de mundo e de sociedade, com isso, é de suma importância, enquanto documento norteador, que a BNCC proporcione as instituições discussões e possibilidades mais claras a respeito da história e cultura indígena.

Segundo a Lei Nº 11.645/2008, após a sua reformulação, a história e cultura afro-brasileira e indígena passariam a ser obrigatórias nos currículos das instituições de ensino básico, desta forma, a lei supracitada aponta que:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008, p.01)

Nesta perspectiva, a lei objetiva a adesão da história e cultura da etnia indígena nos currículos escolares, a fim de promover uma visão acerca da contribuição dos indígenas para o processo de formação do povo brasileiro. A qual buscará resgatar essas contribuições em todos os eixos que compõem uma sociedade durante todo o percurso da história do Brasil. Todavia, de

acordo com Cavalheiro e Costa (2018, P. 23):

No Brasil, historicamente, a abordagem das questões indígenas foi empregada como um recurso, quase sempre eficaz, de aniquilação da diversidade. Hoje é uma prática que vem recebendo um tratamento especial por parte do poder público, alicerçada na proposta de um novo paradigma educacional de respeito à diversidade étnica. No entanto, ainda há muito a ser feito para que o indígena obtenha condições de igualdade no ensino escolar.

Neste sentido, compreendemos que no Brasil pouco se discute e dialoga a respeito da história e cultura indígena. Que por vez, se direciona na linha contrária, parte a uma discussão pautada em preconceito ou estereótipos equivocados. Discutir e refletir a história e cultura indígena na atualidade, é antes de tudo, adentrar em um universo pouco explorado cientificamente, é perceber em sua singularidade, um universo de culturas, crenças, ritos, políticas, comunidades, dentre outras questões, que marcam a individualidade desses povos e suas comunidades.

### **3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO ACERCA DA HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Como já foi mencionado, analisamos o livro didático da 1ª edição da coleção “Buriti mais interdisciplinar”, composto pelas disciplinas de geografia, ciências e história. O livro pertence à editora moderna, é direcionado para a turma do 4º ano do ensino fundamental e faz parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2019 a 2022.

Em análise prévia do material, foi possível perceber que o livro é organizado em quatro unidades, onde cada unidade é composta por dois capítulos, os quais apresentam os conteúdos a serem trabalhados. Os capítulos de cada unidade são subdivididos em três pontos: o mundo que queremos, para ler e escrever melhor e painel multicultural. O material ainda é composto por sugestões de leitura, glossário, bibliografia e recortes.

O livro apresenta de forma confusa os conteúdos a serem trabalhados, não tendo muita clareza do que o professor pode encontrar dentro do instrumento. Por se tratar de um material de caráter interdisciplinar, que objetiva atender as disciplinas de ciências, história e geografia, o que corresponde às ciências humanas e da natureza, o livro não deixa explícito os conteúdos a serem trabalhados, pelo contrário, o que se apresenta é uma redução de informações quanto aos conteúdos propostos.

De acordo com Bittencourt (2008, p. 312):

A análise da forma inclui uma visão da apresentação gráfica do conjunto da obra e de como estão divididos seus diferentes tópicos característicos, os quais podem facilitar ou dificultar o trabalho dos alunos: introdução ou apresentação da obra, índice, glossário, bibliografia.

Em concordância com o disposto acima, é de suma relevância se atentar a alguns elementos que compõem o livro didático, dentre eles, o sumário, o qual deve apresentar clareza a respeito das propostas de ensino, bem como, os conteúdos a serem trabalhados. Tal clareza se justifica pela facilidade da utilização do material didático, um fator relevante à prática pedagógica docente e para o trabalho dos alunos.

Dentre as quatro unidades dispostas no sumário do livro didático, é possível perceber que nenhuma unidade é direcionada para a temática indígena, tão pouco, faz menção a esses povos. Desta forma, compreende-se que a temática indígena no material estará posta nas entrelinhas dos conteúdos propostos no instrumento didático.

Nesse sentido, partindo da análise do interior do instrumento, percebe-se que a temática indígena só será mencionada a partir da segunda unidade (ilustração 1.3), quando serão abordados os vestígios das atividades humanas, a qual inicia a unidade tratando de sítios arqueológicos e o do perfil profissional do arqueólogo. A unidade apresenta uma ilustração, que de acordo com a descrição, trata-se de arqueólogos trabalhando em uma escavação em um sítio arqueológico no município de Urubici em Santa Catarina, no ano de 2016. Tal sítio arqueológico guarda vestígios dos povos indígenas Proto-Jê.

Ilustração 1.3 – Abertura do 2º capítulo



Arqueólogos trabalhando em escavação no município de Urubici, no estado de Santa Catarina, em 2016. Esse sítio arqueológico guarda vestígios de moradias dos povos indígenas do grupo proto-Jê.

Fonte: (BURITI, 4º ANO, EDIÇÃO 1, 2017. P. 26)

Desse modo, vale atentar-se à menção aos povos indígenas no livro didático, este é o primeiro momento em que o livro irá abordar a temática indígena. Nesse viés, o material introduz a temática indígena partindo de um olhar de extinção, como seres que viveram no passado. O primeiro contato referente a temática que o material proporciona, vai estar atrelado a uma ideia de que os indígenas não compõem a nossa sociedade na atualidade.

Vale ressaltar também, que as ilustrações dispostas, assim como os enunciados disponibilizados na proposta feita pelo livro didático, não faz nenhuma menção aos povos indígenas da atualidade, como também, não buscam retratar a partir das questões propostas, reflexões acerca da existência desses povos no nosso contexto atual.

De acordo com a lei 11.645 de 2008, o ensino da história e cultura indígena no currículo das instituições de ensino passaria a ser obrigatório a partir daquele ano. Nesse viés, as instituições devem se desdobrar e pensar em formas que venham a atender a obrigatoriedade advinda da lei supracitada. Todavia, Printes (2014) corrobora atentando para:

Não limitar-se a situações de ensino em que apenas se comemora o “dia do índio em 19 de abril”, em que se descreve, pinta, desenha, aprecia de longe, avalia e inclusive analisa se “o índio ainda é índio, pois já usa celular”, etc., atividades que pouco contribuem para construção de novos saberes e interações com as naturezas e culturas indígenas na atualidade. (PRINTES, 2014, p. 198)

Desta forma, é preciso compreender que a temática indígena deve ser tratada no contexto escolar para além do dia 19 de abril, buscando ainda, a quebra de um olhar pejorativo acerca destes povos. Nesse viés, é preciso atentar-se aos erros conceituais e a perpetuação de visões estereotipadas, uma vez que, construída na infância, permanece para toda a vida. Porém, o material didático ainda enfatiza os indígenas a partir de uma visão colonialista, os colocando como seres passíveis, além de apresentar ilustrações que caracterizam indígenas a partir de um olhar eurocêntrico dos fatos. (ilustração 1.4)

Ilustração 1.4: As navegações espanholas



Fonte: (BURITI, 4º ANO, EDIÇÃO 1, 2017. P. 88)

O conteúdo abordado na ilustração 1.4 busca trabalhar as navegações espanholas. Como auxílio para o desenvolvimento desse conteúdo, o livro didático dispõe de um enunciado, uma gravura e duas questões. O enunciado faz referência às grandes navegações espanholas, resultando no encontro entre Cristóvão Colombo e os indígenas. Em complemento ao discorrido no enunciado, o material disponibiliza uma gravura de Theodore de Bry de 1596, a qual ilustra o momento do encontro entre Colombo e os povos indígenas.

Embora Theodore de Bry objetivasse denunciar a partir das suas gravuras as atrocidades ocorridas no chamado “novo mundo” advindas dos conquistadores, cujo, Theodoro (2004, p. 105) corrobora alegando que “estavam mais preocupados em matar, destruir e dominar do que em combater os costumes bárbaros e a idolatria especialmente”. Tal visão de um ser selvagem, com costumes agressivos, de seres que não eram civilizados, direcionados aos povos indígenas, começaram a se espalhar pela Europa devido às ilustrações. De acordo com Damasceno (2020, p. 322) “As imagens das populações encontradas na América tornaram-se constantes nas artes visuais, nos painéis e nas iluminuras, os nativos tomaram a forma de personagens bíblicos ou ganharam feições do tradicional homem selvagem”.

Além disso, a Gravura de Theodore de Bry apresentada no livro didático constrói um certo padrão de indígenas, sem muita diversidade dos povos encontrados. Segundo Damasceno (2020, p. 322):

Para diferenciar os personagens nas imagens, que em geral eram em preto e branco, os gravadores recorriam a detalhes de penas nas vestimentas e na diferenciação das armas usadas, criando-se assim um índio “padrão” para representar todos os habitantes, perpetuando até hoje a construção de um estereótipo de uma civilização homogênea.

Nesse viés, quando partimos o olhar para os povos indígenas a partir da ilustração de Theodore de Bry disposta no livro didático, nos limitamos a um olhar homogêneo acerca desses povos. Todavia, não existia uma padronização de indígenas, mas uma pluralidade cultural espalhada pela América.

A segunda unidade do primeiro capítulo do livro, ainda fala sobre as navegações portuguesas, bem como a sua chegada ao território que hoje se encontra o Brasil. Mas, em nenhum dos enunciados disponibilizados para o diálogo a respeito do assunto, mencionam o contato entre os portugueses e os indígenas. O conteúdo só será apresentado no capítulo dois, quando será abordado “o contato entre indígenas e portugueses”.

Para o desenvolvimento do conteúdo, o livro didático dispõe de um enunciado e de seis questões. Nenhuma das questões abrange uma reflexão acerca da resistência indígena, tão pouco, um diálogo acerca dos povos indígenas na atualidade. Pelo contrário, limita-se a discorrer apenas sobre a troca de costume entre esses povos.

O enunciado, que aborda questões quanto: a diferença entre os dois povos, a troca de costumes e as consequências advindas desse contato, ainda apresenta uma ilustração de um colono (ilustração 1.5). O material não apresenta nenhuma ilustração acerca dos povos indígenas, enfatizando apenas o olhar eurocêntrico a respeito do fato.

Ainda na segunda unidade será abordado a respeito da mão de obra indígena no período colonial, momento marcado pela exploração e escravidão indígena. Estes, para que pudessem trabalhar para os portugueses, que exploravam as terras encontradas por eles, eram servidos por alguns objetos, como: tecidos, espelhos, objetos feitos de ferro, dentre outros instrumentos.

O material didático objetivando um complemento ao enunciado, disponibiliza uma ilustração que retrata um momento de conflito entre duas aldeias indígenas, (ilustração 1;6).

### Ilustração 1.6: conflito entre grupos indígenas



Gravura representando um combate entre diferentes povos indígenas. Ilustração de Theodore de Bry, no livro *Americae*, 1592.

Fonte: (BURITI, 4º ANO, EDIÇÃO 1, 2017. P. 110)

Tais conflitos resultavam na escravidão dos indígenas que saíam vencidos. Estes, eram presos pelos colonizadores portugueses e, eram feitos de escravos, onde deveriam servir nas lavouras, transformando-as em empresas rentáveis (SUCHANEK, 2012). Os indígenas também eram levados para as aldeias missionárias isoladas dos portugueses, uma vez que os jesuítas também apresentavam interesse na catequização dos indígenas.

O livro didático dispõe de uma ilustração acerca das aldeias missionárias, a qual pode ser encontrada na segunda unidade, em seu segundo capítulo (ilustração 1.7).

### Ilustração 1.7: Aldeamento jesuíta



Ruínas de aldeamento jesuíta dos povos indígenas Guarani construído entre 1735 e 1745, no município de São Miguel das Missões, no estado do Rio Grande do Sul, em 2017.

Fonte: (BURITI, 4º ANO, EDIÇÃO 1, 2017. P. 117)

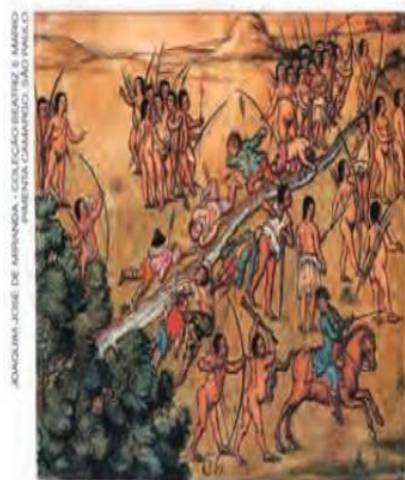
Os indígenas ao serem levados para esses aldeamentos, estariam sujeitos a algumas vivências, dentre elas, a de catequização. De acordo com Suchanek (2012, p.245):

Nas aldeias de repartição, administradas pelos missionários, os índios descidos eram catequizados e repartidos: trabalhavam em um sistema rotativo (período de dois a seis meses) nas roças da aldeia, enquanto uma outra parte exercia suas atividades fora dela, em geral nas plantações, fazendas e estabelecimentos dos colonizadores. (SUCHANEK, p, 245, 2012).

Tais atividades desenvolvidas por esses povos, eram respaldadas de quase nenhuma remuneração. A legislação da época, a coroa, assegurava que em troca do trabalho obrigatório dos indígenas, os administradores deveriam ensiná-los as doutrinas cristã, e quando fossem vítimas de alguma emergência, eles deveriam ser entregues à coroa. Todavia, os moradores não concordavam com essa proposta da coroa, logo, houve momentos de grandes conflitos entre a coroa e os moradores instalados nas terras, pois os moradores não queriam fazer a liberação dos indígenas, visto que, eram sua maior fonte de mão de obra. (ibid. 2012).

Contudo, a história dos povos indígenas não se resume apenas a um período de escravidão e todo um etnocídio ocorrido nesse período. Apesar dos ataques que ceifaram centenas de indígenas e das condições impostas à sobrevivência desses povos, muitos indígenas resistiram e lutaram contra as condições que lhe eram obrigados a viver. O livro didático nos apresenta uma ilustração (ilustração 1.8) acerca da luta desses povos, quando vão abordar o conteúdo “a resistência indígena e africana a escravidão”.

Ilustração 1.8: A resistência indígena



Detalhe do painel *A expedição do tenente-coronel Afonso Botelho e Souza aos sertões do Tibagi*, aquarela, de Joaquim José de Miranda, anos 1700.

Fonte: (BURITI, 4º ANO, EDIÇÃO 1, 2017. P. 121)

O material dispõe de uma ilustração de Joaquim José de Miranda, datada de 1700. A qual busca auxiliar na compreensão acerca da resistência dos povos indígenas. Muitos indígenas resistiram ao processo de colonização, enfrentando os colonos com ataques diretos aos seus povoados, e quando ameaçados a serem escravos, fugiam para o interior do territorial, buscando fugir da escravidão praticada pelos portugueses.

A partir do mapeamento geral do livro didático utilizado neste estudo, foi possível identificar, que em nenhum momento o instrumento faz referência aos povos indígenas localizados no Norte e Nordeste do país. O material cita apenas indígenas das regiões Centro- Oeste, Sudeste e Sul. A carência do olhar aos indígenas das regiões Norte e Nordeste, nos coloca em dois afrontes: o primeiro, permeia a quebra da compreensão de que os povos indígenas estão presentes em todo o território nacional, não se limitando apenas às regiões Centro-oeste, Sudeste e Sul.

O segundo ponto que vale ser destacado, se faz presente na falta de diálogo entre o instrumento utilizado pelos docentes da instituição, com o contexto em que o aluno está inserido. Considerando que a instituição está localizada no município de Aliança, na Região da Mata Norte do Estado de Pernambuco, e o material não menciona nenhuma comunidade indígena dessa localidade, o instrumento não oportuniza aos discentes se enxergarem ali, não favorece a compreensão de que os alunos daquela localidade também tem suas bases históricas e identitárias fincadas nesses povos.

Além disso, o livro didático se volta os olhares aos povos indígenas sempre na perspectiva dos costumes, de descobertas, de escravos colonos, desconsiderando quaisquer existências desses povos na atualidade. Todavia, nós, enquanto professores, precisamos transcender esses olhares. É necessário oportunizar aos discentes momentos de reflexões e diálogos, a fim de compreendermos que no cenário atual a existência indígena ultrapassa os intramuros de uma mata fechada, e que se fazem presentes em todos os núcleos constituintes de uma sociedade contemporânea.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreender o cenário atual em que se constitui o trabalho sobre a temática indígena, perpassa as barreiras enfrentadas durante o exercício das práticas pedagógicas. Embora atualmente

temos o livro didático como o principal suporte ao processo de ensino- aprendizagem, precisamos refletir sobre as contribuições desses instrumentos nesse processo formativo.

O que a quinze anos atrás se resumia em uma ação de pinturas de rostos e enfeites, buscando um olhar para a simbologia dos povos indígenas, hoje, o olhar para a discussão acerca desta temática deve ir além de momentos como esses. Precisamos refletir, pesquisar, compreender... Todo um período histórico que circundam as lutas e resistências desses povos. Com isso, se faz necessário, que tais ações sejam construídas juntos aos estudantes, ultrapassando a percepção de um indígena isolado, agressivo ou escravo. Mas, um indígena livre, sociável, construtor de uma identidade social.

Com isso, a partir da análise do livro didático, podemos perceber que muito temos a caminhar. Que ainda indenizamos o ser indígena como um ser do passado, se resumindo a situações de exploração, escravidão, ocultismo, além de termologias pejorativas quanto a compreensão desses povos. Logo, quando estendemos o olhar a contribuição desse instrumento para as práticas docentes, entendemos que muito se exige do professor quanto a quebra de visões estereotipadas e, caso o docente não possua as informações básicas acerca desses olhares sobre esses povos, viveremos em um constante mecanismo de compartilhamento de preconceito.

Todavia, vale ressaltarmos, que não se coloca aqui uma prática docente limitada ao livro didático, mas, as contribuições deste instrumento quanto a efetivação dessa prática. Nesse sentido, foi possível perceber, que o livro didático não oportuniza uma discussão acerca dos povos indígenas nas vivências contemporâneas, mas sempre a um olhar ligado a existências desses povos ao passo. E quando levado em consideração a contribuição às práticas docentes, limita o aluno a um olhar estereotipado e ultrapassado, como também, exige do docente um olhar mais subjetivo referente à temática.

Em suma, podemos destacar, que muito ainda precisa ser percorrido para que tenhamos de fato um reconhecimento histórico e social quanto aos povos indígenas. Que ainda permeamos condições não favoráveis às reflexões e compreensão desses povos nos contextos sociais mais diversos, além, de sua participação no processo de construção identitária desse país. Precisamos entender os indígenas como agentes sociais ativos, presentes nas múltiplas condições de subsistência social, e para tal, destacamos a instituição escolar, como a base desse longo processo.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. Cortez, 2º ed. São Paulo. 2008.

\_\_\_\_\_. **Livros didáticos entre textos e imagens**. In: Circe Maria Fernandes Bittencourt (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004, p. 69-90.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 18 maio. 2021.

CAVALHEIRO, Rosa Maria e COSTA, Flamarion Laba da. **A temática indígena no livro didático**. In: ARQUIVOS/Dia a Dia Educação. São Paulo: Arquivos, Mimeo: Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/730-4.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2021.

COSTA, F. W. et al. **Uso de instrumentos de coleta de dados em pesquisa qualitativa: um estudo em produções científicas de turismo**. Revista Turismo - Visão e Ação - Eletrônica, Vol. 20 - n. 1 - jan - abr. 2018.

DAMASCENO, C. J. **Theodor De Bry: publicação e apropriação no ensino de história**. Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. Ano 4, Vol. IV, Número 2, Jul-Dez, 2020, p. 306-337.

D'AMBROSIO, Oscar. **Carta de Caminha - A "certidão de nascimento" do Brasil**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/portugues/carta-de-caminha-a-certidao-denascimento-do-brasil.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 12 maio 2021.

FONSECA, S.G. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papyrus, 1994

GOULART, R. S.; MELO, K. R. **A lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental**, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/16035/13888>>. Acesso em: 06 de maio. 2021.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. São Paulo: Global, 1998.

MINAYO, M. C. de S. **Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta** in. MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F. GOMES, R. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MODERNA. **Buriti mais interdisciplinar: ciências, história e geografia.** 1 ed. São Paulo. 2017

MUNDURUKU, Daniel. **Posso ser quem você é sem deixar de ser quem eu sou: uma reflexão sobre ser indígena.** In: Culturas indígenas, diversidade e educação / Sesc, Departamento Nacional. – Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019. Disponível em: <[https://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/5a88b5dd-922a-4d5f-9de7-652de3a5c297/EDUCACAO+EM+REDE\\_VOLUME+7\\_WEB.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=5a88b5dd-922a-4d5f-9de7-652de3a5c297](https://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/5a88b5dd-922a-4d5f-9de7-652de3a5c297/EDUCACAO+EM+REDE_VOLUME+7_WEB.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=5a88b5dd-922a-4d5f-9de7-652de3a5c297)>. Acesso em: 20 maio 2021.

OLIVEIRA, João Batista Araújo et al. **A política do livro didático.** Campinas: UNICAMP, 1984.

PRINTES, Rafaela Biehl. **Presença indígena nos livros didáticos de geografia.** Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 8, n. 8, p.195-220, dez. 2014.

RODRIGUES, R. C.; BARBALHO, A. A. **A Obrigatoriedade da Temática História e Cultura Afro Brasileira e Indígena na Rede de Ensino: um estudo sobre a implementação da Lei Nº11.645/08 no conteúdo programático das escolas públicas de Caucaia.** Conhecer: v 06 . nº 17.Ceará, 2016.

SILVA, E.; MARIA, P. S. **A temática indígena na sala de aula [recurso eletrônico]: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008.** – 3. ed. – Recife: Ed. UFPE, 2020.

SUCHANEK, M. G. O. **Povos Indígenas no Brasil: de escravos à tutelados. uma difícil reconquista da liberdade.** Revista Confluências, Vol. 12, n. 1. p. 240 a 274. Niterói, 2012.

TOMAZELLO, M. G. Carneiro; CANAVARROS, E.T. **Os missionários salesianos e a educação escolar indígena em Mato Grosso: um século de história.** Revista Educação Pública.v. 18 n. 36 p. 181-197 Cuiabá. jan./abr. 2009.